

Réplica

Marcos Nobre*

É um grande avanço no debate brasileiro que se possa reivindicar uma posição de direita sem que isso seja imediatamente desqualificado sem mais. O que não significa que o confronto entre posições de esquerda e de direita seja menos acirrado ou que a disputa teórica e política seja menos acalorada. Significa, como escrevi em meu texto inicial, que há uma aceitação do “adversário como legítimo e não simplesmente como um inimigo a ser abatido”. É também outro grande avanço que a esquerda seja obrigada a explicitar a demarcação de seu próprio campo e não mais pressuponha como evidente que a mera enunciação da palavra “esquerda” seja já suficiente para garantir atestado de superioridade moral e política. É nesse espírito que proponho as breves considerações que se seguem, não sem antes agradecer aos comentadores pela disposição em dialogar.

* * *

Se entendi bem, os comentários de Marcio Pochmann examinam unicamente as polarizações entre esquerda e direita em que estão envolvidas disputas distributivas. Esse aspecto é certamente decisivo. Mas, para além disso, pretendi também mostrar que as disputas da esquerda na atualidade não se dão apenas em torno de questões distributivas, mas também em torno de questões relativas à liberdade que não estão imediatamente nem por princípio subordinadas à lógica da igualdade. Não vejo nisso um desacordo de princípio entre nossas posições. Só haveria discordância a esse respeito caso Pochmann defendesse uma prioridade de princípio da igualdade sobre a liberdade como critério mais geral

* Professor de Filosofia da Unicamp e pesquisador do Cebrap e do CNPq. Rua Morgado de Mateus, 615, CEP 04015-902 – São Paulo, SP. Email: nobre@pq.cnpq.br.

para distinção da esquerda em relação à direita. Até onde pude compreender, seu texto não esposou essa posição.

Um exemplo bastante claro dessa necessária ponderação entre liberdade e igualdade na história brasileira recente está na polêmica de 2003 que envolveu o cartão-alimentação do então programa Fome Zero. O manual do programa previa a entrega obrigatória de recibos, a partir dos quais se avaliaria se os itens adquiridos poderiam ser considerados “alimentação”. Na formulação que propus em meu texto, esse seria um exemplo de aplicação de uma noção inflada de igualdade que deve ser evitada. Embora o exemplo diga respeito a uma disputa distributiva, a exigência dos recibos se refere a um direito de liberdade e não a um direito de igualdade. Nesse caso, o critério do fomento da autonomia faria com que a exigência dos recibos fosse afastada (como de fato foi).

Esse exemplo é bastante simples. Há outros ainda muito mais complexos e difíceis. Seja como for, na caracterização que propus, o importante é “distinguir a cada vez os aspectos de liberdade e de igualdade em questão”. Foi a partir disso que conclui que “não apenas os movimentos sociais não necessitam dessa noção inflada de igualdade para justificar suas bandeiras, como ganhariam muito em deixá-la para trás, passando a operar no duplo registro de demandas por igualdade e demandas por liberdade”. Não sei qual é a posição de Marcio Pochmann nessa polêmica. Mas, até onde pude entender seu texto, não considero que seus argumentos sejam incompatíveis com a posição que propus.

* * *

Um dos aspectos que me chamaram a atenção no texto de Samuel Pessoa foi a ênfase dada às questões distributivas. Acho que essa ponderação fala a favor do cuidado que tive em dizer que uma posição de direita não implica necessariamente uma posição “contra direitos sociais, contra a diminuição das desigualdades ou a favor de atitudes discriminatórias”. Nesse sentido, o uso do adjetivo “conservador” para caracterizar uma posição de direita não obriga admitir que esta posição seja necessariamente contrária a transformações sociais de qualquer ordem. Esse adjetivo quer dizer simplesmente aludir à defesa da conserva-

ção das relações sociais fundamentais, consubstanciadas, como escrevi, em um “catálogo de direitos determinado, fixo e previamente definido”.

E conservador Pessoa demonstra ser em vários pontos. Ao desqualificar qualquer recurso à história como infrutífero e mítico (“regressão que culmina em Adão e Eva”), ele naturaliza o capitalismo. Ao ler seu comentário, tem-se a impressão de que a história chegou mesmo a seu fim. Do contrário, como se deveria entender uma passagem como: “Parece-me que a agenda de extensão de direitos foi esgotada”? No mesmo sentido, ao defender o direito de propriedade, faz uma afirmação categórica de maneira inteiramente vaga: “sabemos que há forte evidência de que direitos de propriedade mal definidos constituem um dos maiores impedimentos ao crescimento econômico”. A pergunta que se impõe é: a quem deve caber a “boa definição” do que sejam direitos de propriedade?

Insisto nesses pontos porque Samuel Pessoa afirmou inicialmente que iria seguir o posicionamento que propus em meu texto, ou seja, restringir o debate “às posições que tomam a democracia e a liberdade nas suas diversas expressões como ponto de partida”. Mas seu texto apresenta uma caracterização da esquerda que é inteiramente caricatural e que em nada se assemelha àquela que defendi em meu texto. Acho que essa caracterização prejudica em muito nosso debate recém-iniciado.

Ainda assim, acho que o texto de Pessoa corroborou um aspecto importante da minha proposta de distinção entre os dois campos políticos ao apresentar sua caracterização do processo de modernização (chamado por ele de “processo de desenvolvimento econômico”). Afirmei que, no passado, tanto esquerda como direita haviam partilhado um mesmo e único modelo de modernização, tomado então como padrão civilizatório inquestionável, e concluí que se “a esquerda se moveu na direção de colocar em questão esse paradigma da modernização, a direita permaneceu aferrada a ele”. A diferença é que Pessoa continua a considerar posições de esquerda tradicionais como paradigmáticas.

Nesse sentido é que se observa uma não muito surpreendente (mas ainda assim paradoxal) convergência de sua posição com alguns setores da esquerda tradicional no elogio do exemplo chinês. Há por certo a ressalva quanto ao “forte autoritarismo político”, mas o resultado, segundo Pessoa, é que algumas “centenas de milhões de cidadãos e cida-

ções, no espaço de algumas décadas, estão se tornando autônomos”. Não consigo imaginar como uma ditadura pode fomentar a autonomia, tampouco como chinesas e chineses seriam “cidadãos e cidadãos” senão formalmente, e não no sentido de serem membros de um Estado Democrático de Direito. De outra forma, seria possível supor que Pessoa defende uma prioridade de princípio da igualdade sobre a liberdade, de modo que “autonomia” seria entendida, nesse caso, como diminuição das desigualdades exclusivamente, concepção que me parece contraditória com o conjunto de sua proposta.

Recebido e aprovado para publicação em dezembro de 2007.